



REUNIÃO PREPARATÓRIA
XII ENCONTRO
NACIONAL
DO PODER JUDICIÁRIO

RELATÓRIO

BRASÍLIA, SETEMBRO DE 2018



Poder Judiciário



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente: Ministro José Antonio Dias Toffoli

Corregedor Nacional de Justiça: Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins

Conselheiros: Aloysio Corrêa da Veiga
Maria Iracema Martins do Vale
Márcio Schiefler Fontes
Daldice Maria Santana de Almeida
Fernando César Baptista de Mattos
Valtércio Ronaldo de Oliveira
Francisco Luciano de Azevedo Frota
Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior
André Luiz Guimarães Godinho
Valdetário Andrade Monteiro
Maria Tereza Uille Gomes
Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Carlos Vieira Von Adamek

Diretor-Geral: Johanness Eck

**Secretário Especial de Programas,
Pesquisas e Gestão Estratégica:** Richard Pae Kim

Organização: Departamento de Gestão Estratégica (DGE)

EXPEDIENTE

Secretaria de Comunicação Social

Secretário de Comunicação Social: Giselly Siqueira

Projeto gráfico: Eron Castro

2018

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SEPN Quadra 514 norte, lote 9, Bloco D, Brasília-DF

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Sumário

Introdução	5
Solenidade de abertura	6
Palestra: Saúde como Direito	7
Apresentação: Relatório Justiça em Números	8
Vídeo de lançamento do Aplicativo CNJ em Números	9
Resultados Parciais das Metas Nacionais 2018	10
Apresentação sobre o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP)	12
Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional	13
Plenária Final	16
Encerramento	18



Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, nos dias 27 e 28 de agosto de 2018, a **Reunião Preparatória para o XII Encontro Nacional do Poder Judiciário** na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em Brasília/DF.

O evento contou com a participação de presidentes dos Tribunais, de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e das áreas de Gestão Estratégica, além de representantes de associações de magistrados e de entidades de servidores.

A Reunião Preparatória teve como objetivo consolidar e apresentar as propostas

de Metas Nacionais dos segmentos de Justiça para 2019, bem como divulgar os dados do Relatório Justiça em Números 2018 (ano-base-2017) e debater seus resultados.

Os participantes tiveram também a oportunidade de presenciar a palestra “Saúde como Direito”, proferida pelo professor dr. Drauzio Varella.

Ressalta-se que este Relatório tem o propósito de expor de forma resumida o que foi apresentado e debatido no evento. Para tanto, exhibe referências, *links* e imagens dos principais acontecimentos.



Solenidade de abertura

A mesa de abertura foi composta pelo presidente do Superior Tribunal Militar, ministro José Coêlho Ferreira; pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Brito Pereira; pelo conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, ministro Aloysio Corrêa da Veiga; e pelo professor doutor Drauzio Varella.

Com a palavra, o ministro Aloysio Corrêa da Veiga agradeceu a presença de todos, lembrou que a sociedade brasileira passa por um período de transformação e que o Poder Judiciário, cada vez mais, é chamado a estar presente nesse momento e responder com atualidade essa provocação.



Mesa da Solenidade de Abertura da Reunião Preparatória

Palestra: Saúde como Direito

Posteriormente à solenidade de abertura, o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga convidou o professor Dr. Drauzio Varella para proferir a palestra cujo assunto abordou “Saúde como Direito”.

Durante a exposição, o dr. Drauzio Varella apresentou um panorama da saúde pública no país, apontando a violência como uma das três maiores causas de morte no Brasil, juntamente com as doenças cardiovasculares e o câncer.

Além da questão penal, o médico abordou a questão da judicialização dos temas

da saúde pública e destacou que é preciso definir o que deve ser responsabilidade do Estado e que o parâmetro central não deve ser a concessão de muitos recursos a poucos em detrimento da maioria da população.

Drauzio Varella declarou que, para resolver grande parte dos problemas da saúde pública, deve-se ter o foco na prevenção e na organização da saúde básica, em que seriam resolvidos os problemas mais comuns que atingem a saúde da população brasileira.



Palestra “Saúde como Direito”

**O vídeo com as apresentações da Solenidade de Abertura pode ser acessado pelo [link](#):
*Apresentações – Solenidade de Abertura***



Apresentação: Relatório Justiça em Números

Para a apresentação do Relatório Justiça em Números de 2018 – ano-base 2017, compuseram a mesa o ministro Aloysio Corrêa da Veiga, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça; e a dra. Maria Tereza Sadek, diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ.

O Relatório reúne informações de todos os órgãos do Judiciário e traz aspectos relativos à estrutura judiciária, aos recursos humanos e financeiros e à movimentação processual, além dos indicadores e das análises essenciais para subsidiar a gestão judiciária brasileira. Entre os indicadores, estão os índices de produtividade de magistrados e servidores, a taxa de con-

gestionamento de processos, bem como a despesa do Poder Judiciário e o custo por habitante.

Maria Tereza Sadek iniciou o seu discurso comparando o Justiça em Números do CNJ e o do STF e salientou que poucos países no mundo fornecem dados e informações com a extensão e com a continuidade oferecida pelo Poder Judiciário brasileiro.

Logo em seguida, a diretora do DPJ apresentou as inovações do Relatório deste ano, como a cartografia das comarcas, que mostra quais locais contam com o Poder Judiciário, bem como os indicadores de acesso à Justiça e os indicadores sobre a concessão de justiça gratuita.



Mesa da Apresentação do Relatório Justiça em Números

O vídeo da apresentação do Relatório Justiça em Números 2018 pode ser acessado pelo link:
Apresentação – Relatório Justiça em Números 2018



Vídeo de lançamento do Aplicativo CNJ em Números

Dando continuidade ao evento, foi apresentado vídeo de lançamento do aplicativo CNJ em Números. O aplicativo CNJ em Números informa, de forma simples e intuitiva, a movimentação processual, atualizada diariamente, do Conselho Nacional de Justiça.

O vídeo com a apresentação do aplicativo CNJ em Números pode ser acessado pelo *link*:
Conheça o aplicativo CNJ em Números



Resultados Parciais das Metas Nacionais 2018

Compuseram a mesa para apresentação dos resultados parciais das Metas Nacionais 2018 a presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Cármen Lúcia, o presidente da Comissão de Gestão Estratégica Estatística e Orçamento do CNJ, conselheiro Fernando Cesar Baptista de Mattos, a conselheira Maria Iracema Martins do Vale, a conselheira Daldice Maria Santana de Almeida, o conselheiro Márcio Schiefler Fontes, o conselheiro Valtércio Ronaldo de Oliveira, o conselheiro Francisco Luciano de Azevedo Frota e a conselheira Maria Tereza Uille Gomes.

A ministra Cármen Lúcia destacou a importância da realização do encontro preparatório, para que os integrantes da Justiça Brasileira possam refletir e debater sobre os temas considerados relevantes, para então fixar metas para o próximo ano.

A ministra salientou o significado das metas, uma vez que percebeu, entre alguns juízes, a preocupação com os índices a serem fixados. Primeiramente, esclareceu que as metas são construídas por meio dos debates realizados pelos próprios integrantes dos tribunais, logo após são desenvolvidas e aprimoradas, inclusive com a participação da sociedade, para então, no Encontro Nacional, serem assumidas como compromisso para o próximo ano. Esclareceu também que as metas têm o objetivo de revelar o foco do Poder Judiciário a ser enfatizado

para um rumo específico e não devem ser entendidas, portanto, como um ônus ou uma obrigação de difícil cumprimento.

Segundo a ministra presidente, o não estabelecimento de metas faz que a escolha daquilo que é prioritário torne-se aleatório. Com as metas, o Judiciário brasileiro tem essa situação única: de se reunir, de analisar o que realmente importa na prestação jurisdicional e tomar isso como um dos objetivos a serem considerados para determinado período.

Com essa atuação, é possível se ter acesso ao que foi planejado e executado, bem como verificar o que é necessário para oferecer em termos de recursos humanos e materiais para que os magistrados possam ter desempenho coerente com as necessidades da sociedade.

Logo em seguida, a ministra Cármen Lúcia passou a palavra para o conselheiro Fernando Mattos, presidente da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento.

O conselheiro Fernando Mattos apresentou os resultados parciais das metas de 2018, referentes ao período de janeiro a julho do corrente ano. O conselheiro destacou também que a grande inovação deste ano foi a possibilidade de se acompanhar em tempo real o cumprimento das Metas Nacionais por meio do **Painel de Resultados das Metas Nacionais**, disponível no portal do CNJ.



Mesa da Apresentação dos Resultados Parciais das Metas Nacionais 2018

O vídeo com a apresentação dos Resultados Parciais das Metas Nacionais 2018 pode ser acessado pelo [link](#):

Resultados Parciais das Metas Nacionais 2018



Apresentação sobre o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP)

A apresentação sobre o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) encerrou o primeiro dia da Reunião Preparatória para o XII Encontro Nacional do Poder Judiciário. A ferramenta digital desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi apresentada pelos juízes auxiliares da Presidência, Marcelo Mesquita e Maria de Fátima Alves, e pelo assessor chefe do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, Renato De Vitto.

A ministra Cármen Lúcia agradeceu aos

juízes e servidores que trabalharam no cadastramento dos presos e destacou que essa ação possibilitou que o Judiciário brasileiro utilize informações mais concretas e que se tenha também o registro da identidade de pessoa custodiada pelo Estado. A ministra ressaltou que os dados do cadastro serão compartilhados com o Poder Executivo, responsável pelas unidades prisionais e pela manutenção das condições dos custodiados, para que o preso cumpra a pena nas condições determinadas pela Constituição Brasileira.



Mesa da Apresentação sobre o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP)

A apresentação sobre o BNMP2.0 pode ser acessada pelo [link](#):

Apresentação sobre o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões BNMP 2.0

Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional

As reuniões setoriais foram realizadas na manhã do dia 28 de agosto com o objetivo de analisar, deliberar e consolidar a Proposta de Metas Nacionais e específicas de cada segmento de Justiça para o ano de 2019.

Nas Reuniões Setoriais, estiveram presentes presidentes de tribunais e/ou representantes designados, além de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e assessores das

áreas de gestão estratégica. Os trabalhos das setoriais foram conduzidos pelos coordenadores dos segmentos de Justiça na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, com a presença de conselheiros do CNJ e o apoio técnico da equipe do Departamento de Gestão Estratégica (DGE) do Conselho.

Os segmentos de Justiça e os demais participantes foram distribuídos em salas setoriais, da seguinte forma:

Grupo da Justiça do Trabalho (TST, CSJT e TRTs)





Grupo da Justiça Federal (CJF e TRFs)



Grupo da Justiça Estadual (TJs)



Grupo da Justiça Eleitoral (TSE e TREs)



Grupo da Justiça Militar (STM e Justiça Militar Estadual)



Após as deliberações, cada segmento elaborou apresentação com a síntese das propostas de metas para exposição em

plenária, além de terem registrado, em ata, os principais fatos ocorridos durante a oficina de trabalho.



Plenária Final

Subsequentemente às reuniões setoriais, iniciou-se a Plenária Final. Compuseram a mesa de encerramento: a presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Cármen Lúcia; o conselheiro ministro Aloysio Corrêa da Veiga; a conselheira Maria Iracema Martins do Vale; a conselheira Daldice Maria Santana de Almeida; o conselheiro Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior; a conselheira Maria Tereza Uille Gomes; e o conselheiro Valdetário Andrade Monteiro.

A ministra Cármen Lúcia abriu a sessão e de imediato convidou os representantes dos segmentos de Justiça para apresentarem as propostas de metas para 2019, resultado dos trabalhos realizados nas reuniões setoriais.

A ministra fez uma referência sobre a dificuldade enfrentada pela Justiça Brasileira,

que faz renovar continuamente a Meta 4, relativa a ações de improbidade administrativa e às ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública. Mencionou que, de um levantamento realizado pelo CNJ, concluiu-se que grande parte dessas ações não traz a identificação nem a referência na parte inicial das petições que são apresentadas, e que isso pode provocar no ano subsequente o não cumprimento da meta por causa do problema de identificação, e não pela ausência de empenho.

Ainda sobre o assunto, alertou que foi iniciado trabalho no sentido de se utilizar a tecnologia, como a proveniente de recursos de inteligência artificial, para a identificação correta das ações nas quais o objeto do questionamento seja relacionado com atos de improbidade.



Mesa Plenária Final

O arquivo com as apresentações da Plenária Final pode ser acessado pelo link:
Plenária Final (Discurso da Presidente do CNJ – Ministra Cármen Lúcia e Conselheiros)



Durante a Plenária Final, os segmentos de Justiça apresentaram os resultados dos trabalhos realizados no período da manhã.

Superior Tribunal de Justiça

Proposta do Superior Tribunal de Justiça

Apresentação: Superior Tribunal de Justiça

Tribunal Superior do Trabalho e Justiça do Trabalho

Proposta do Tribunal Superior do Trabalho e da Justiça do Trabalho

Apresentação: Tribunal Superior do Trabalho e Justiça do Trabalho

Justiça Federal

Proposta da Justiça Federal

Apresentação: Justiça Federal

Justiça Estadual

Proposta da Justiça Estadual

Apresentação: Justiça Estadual

Justiça Eleitoral

Proposta da Justiça Eleitoral

Apresentação: Justiça Eleitoral

Justiça Militar

Proposta da Justiça Militar

Apresentação: Justiça Militar



Encerramento

A ministra Cármen Lúcia agradeceu mais uma vez aos representantes dos tribunais e parabenizou-os pelos trabalhos desenvolvidos. A ministra fez agradecimento especial aos valorosos magistrados brasileiros que honram o Judiciário de qualquer país e ainda destacou a importância dos integrantes da Justiça Brasileira, uma vez que o Poder Judiciário tem garantido que

o Estado Democrático de Direito se mantenha, apesar das dificuldades.

Por fim, a chefe do Poder Judiciário declarou que não há democracia segura sem um Judiciário forte, e este tem assegurado uma sociedade livre, justa e solidária, cumprindo, assim, um dos objetivos da República Federativa do Brasil previstos na Constituição.



Poder Judiciário



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA